

24 AGO 1985

Papel do Congresso

O diagnóstico para o mal-estar que estonteia e de repente ameaça de paralisar o Congresso brasileiro é a sua falta de atualização. Faz muito o Parlamento desacertou o passo com o da sociedade, acabando por perdê-la de vista em uma curva do caminho. Como a nação não pode parar, o Congresso precisa correr para alcançá-la.

No último quarto de século o que ocorreu no Brasil foi um processo de modernização muito rápido, ainda que às vezes atabalhado. Do ponto de vista material, algumas de suas regiões integram hoje o mapa daquela parte do mundo que já completou o ciclo básico da industrialização e da urbanização.

A despeito das desigualdades de que ainda sofre, também a sociedade brasileira acompanhou as transformações econômicas e incorporou valores e condutas próprias de uma civilização em dia com a modernidade. Criou necessidades novas e descartou aspirações mais consentâneas com o "país essencialmente agrícola" a que já não pertence.

Boa parte das instituições nacionais, entretanto, ainda servem mais para o país agrícola que se preocupava com a saúde do que ao país industrial que enfrenta o desafio da eletrônica. Às vezes a fachada parece atual, mas o que ela esconde continua impregnado de anacronismo.

É o caso do Congresso. Instalou-se num ambiente futurista, refrigerou-se, cibernetizou-se. Mas tudo isso para quê? Para continuar representando o lado velho e atrasado da nação, para acolher e satisfazer os interesses do clientelismo político que não tem mais lugar numa sociedade urbana, industrial e dinâmica.

Condenado por si mesmo à monotonia de uma

rotina deslocada no tempo, o Congresso teria o seu distanciamento acentuado pelo regime arbitrário de 1964, que o reduziu à insignificância como poder, compensando-o por isso com as aparentes vantagens materiais a que hoje se aterra — menos por mesquinhhez do que por incompreensão do papel que lhe cabe dentro do novo cenário brasileiro.

A crise por que passa neste momento o Congresso deveria servir aos seus líderes como um toque que os despertasse para as características e necessidades do aqui e agora. A recuperação das prerrogativas de que hoje se cogita deveria ser encarada como oportunidade de ouro para uma profunda e modernizadora reforma da instituição.

Diretrizes para essa mudança poderiam ser colhidas em parlamentos de nações mais civilizadas, que há muito se atualizaram. Não faz sentido continuar o segundo poder de um país com o peso internacional do Brasil a reunir-se para ouvir ridículos discursos de pinga-fogo nem perder tempo com a discussão e votação de leis impertinentes que ninguém conhecerá.

Câmara e Senado têm de ser a caixa de repercussão dos grandes anseios desta nação de 125 milhões. Sua função é contribuir para a formulação da política nacional e acompanhar a sua correta aplicação. Não pode continuar como simples desagudouro de interesses paroquiais. Assuma o Congresso as suas prerrogativas, porém fique só com as mais relevantes. Reforme drasticamente os seus regimentos, mas extirpe deles aquilo que hoje o apequena. Mude, enfim, para tornar-se efetivo, para erguer-se à altura do desenvolvimento já alcançado pela sociedade.